

A MARCHA DA INDÚSTRIA NAS REGIÕES PAULISTAS: novas questões da divisão espacial do trabalho em contexto de crise e reestruturação produtiva urbano-regional¹

Elson L.S. Pires²

Introdução

Nos últimos quinze anos a tendência do processo de “interiorização” da indústria no estado de São Paulo, vai se expandindo para lugares mais distantes da capital e da sua região metropolitana, apesar da forte concentração no seu entorno. Esse período coincide com um outro processo, esse de desindustrialização da metrópole, e de mudanças nas formas de organização da produção e do trabalho na nova fase da industrialização brasileira, agora mais exposta ao acirramento da competição internacional.

Esses dois movimentos vem colocar no debate urbano e regional novas questões que devem fazer parte da análise da espacialidade da indústria paulista, sobretudo quando esta ocorre em um ambiente de reestruturação produtiva, de desemprego, e de maior competitividade entre os lugares para receberem novos investimentos. Nesse processo, empresas e governos - estaduais e municipais - constróem nas suas interações novos códigos que restabelecem decisões locais, construindo a nova dinâmica da organização social do espaço.

Partindo da desindustrialização da metrópole e da “interiorização” da indústria no estado de São Paulo, e das mudanças nos processos produtivos localizáveis e internos a esses movimentos, o estudo procura investigar a atual divisão espacial do trabalho industrial, tomando como base a evolução da distribuição espacial do valor adicionado da indústria de transformação, pôr gêneros industriais que se concentram e se espalham em diferentes regiões do Estado.

Na primeira seção as dinâmicas da localização e os elementos da desconcentração são abordados como desdobramentos da reestruturação urbano-regional, que ocorre em contexto de globalização e reestruturação produtiva-industrial nos anos 90, com isto trazendo novas questões para o entendimento atual dos padrões locais e de flexibilidade da nova divisão espacial-setorial do trabalho. Na segunda seção é examinada a desconcentração espacial para além do entorno metropolitano, isto é, para as regiões distantes mais de 200 km do município da capital. Na terceira e última seção é feita uma abordagem geral da nova espacialidade dos gêneros industriais e da nova distribuição espacial da indústria paulista.

1. Reestruturação urbano-regional em contexto de reestruturação produtiva-industrial nos anos 90

¹ Este artigo é um sub-produto de estudo realizado para o IPT-SP, e da pesquisa “O Atlas da Industrialização no Estado de São Paulo”, financiada pela FAPESP e em desenvolvimento no Laboratório de Estudos Urbanos e Ambientais (LEUA) do Departamento de Planejamento Regional da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro, outubro de 1996.

² Professor do Departamento de Planejamento Regional do IGCE/UNESP/Rio Claro e Pesquisador do Cebrap.

Novas modificações passam a ocorrer no início dos anos 90, que alteram a relação do local com o nacional e global. Essa relação do lugar com o mundo se amplia pela adesão da região às transformações internacionais que ocorrem a partir da política de abertura comercial, da intensificação do processo da globalização econômica, e dos avanços dos processos de reestruturação produtiva das plantas, no que diz respeito aos processos de organização da produção e do trabalho. Esses efeitos atuam principalmente sobre a produtividade das empresas que operam em cadeias produtivas ou complexos industriais, que no nível comercial estão em ambientes de concorrência e competitividade nacional e mundial.

Na primeira metade dos anos 90, observa-se logo uma dupla situação aparentemente inusitada. No território nacional, o estado de São Paulo anuncia uma leve retomada da reconcentração da produção industrial, de 49,2% em 1990 para 49,9% em 1995. A Grande São Paulo aumenta sua participação em 1,9 pontos percentuais no total da produção industrial do Estado, passando de 51,5% em 1992 para 53,5% em 1994.

Frente a esta situação, recentemente estudos argumentam a favor de uma inflexão no processo de desconcentração no nível nacional, promovida pôr um conjunto de fatores macroeconômicos e sociais que estariam imprimindo esse comportamento contraditório, que se iniciou em meados da década de 1980. São eles: (i) o dismantelamento dos órgãos regionais do Estado Nacional, (ii) os efeitos da abertura comercial na desativação de várias linhas de produção da Zona Franca de Manaus e (iii) a queda nos investimentos de infraestrutura e de energia nas regiões da periferia nacional. Ao mesmo tempo, outros elementos estariam contribuindo para efetivas manifestações de desconcentração: (i) a alocação de grandes investimentos petrolíferos de extração (NE e RJ) e de refino (PR), (ii) a continuidade da desconcentração agrícola, induzindo novos projetos agro-industriais regionalizados, (iii) algumas políticas estaduais combinadas com projetos privados, levando em direção, principalmente, à Zona Franca de Manaus, Minas Gerais e Sul do país, novas instalações industriais, e (iv) a nova “inchação urbana” em várias capitais e grandes cidades periféricas, bem como o notável crescimento das cidades médias³.

Como veremos mais adiante, se no plano nacional isto autoriza uma hipótese de provável “inflexão da desconcentração” da indústria no país, no caso do estado de São Paulo, ao contrário, o que se manifesta nos anos 90 é um espraimento da indústria interior a dentro, com marcas regionais bem específicas a cada ramo, a cada conjunto de setores e complexos industriais inteiros. Nesse sentido, a tendência de “interiorização” e de “desconcentração” industrial continua com fôlego também nos anos 90.

De uma maneira geral, nesta nova fase de aceleração do processo de reestruturação produtiva e de reabertura comercial, podemos supor que os avanços tecnológicos mais recentes na área da informática e das comunicações geraram, a par de outras conseqüências importantes, uma aceleração no processo já existente de transnacionalização das atividades econômicas e novas condições para sua existência e capacidade produtiva locacional. Os novos recursos das comunicações nos anos 90 possibilitam até mesmo que decisões empresariais, que exigiam a presença física dos responsáveis, possam agora realizar-se à distância da planta industrial, tanto no caso da gestão das operações comerciais e financeiras, como daquelas pertencentes à área produtiva, inclusive as mais imediatas e que exigem pronta resposta.

³ Ver por exemplo Cano (1995).

Esta parece ser a realidade atual de muitas plantas industriais no interior do estado, e que mantêm seus escritórios e os centros de decisão da empresa fora do município, quase sempre na metrópole paulistana. Nesta irão agora se abrigar as sedes das empresas, inclusive as das multinacionais, além de abrigar as infra-estruturas necessárias para receber os executivos, os pólos avançados de pesquisa, e que constituirão, portanto, nos locais de tomada de decisões, as quais deverão ser postas em práticas pelos demais espaços, seja no nível regional, nacional ou até mundial. Isto tem importantes implicações geográficas, posto que a escolha da localização para a implantação dos estabelecimentos é, crescentemente influenciada pelo tipo de trabalho baseado nas atividades engajadas no controle que envolvem a formulação de idéias, processamento de informações, planejamento, gerência e coordenação, e que tendem a reunirem-se ao redor da grande metrópole.⁴

Isto introduz novos elementos nas decisões locais das unidades econômicas, uma vez que certas atividades podem ser executadas à distância dos centros geradores de mercadorias físicas, como, pôr exemplo, contabilidade, operações financeiras, serviços diversos de *design*, projetos, comercialização, etc. As conseqüências desse processo são amplas e complexas e estão associadas, ademais, a fenômenos outros de enorme importância no âmbito da informação e da cultura, ambiente no qual as unidades econômicas, em particular e a própria população, de modo geral, estão integrados.

Pôr estas razões mudam certas decisões empresariais que passam a assumir nos anos 90 papel diferente no conjunto das estratégias locais. Entre estes elementos estariam a proximidade de mercados articulados em redes e distritos industriais, a oferta de apoio tecnológico, a disponibilidade de uma rede de infra-estrutura de comunicações avançada e eficiente, a qualidade e a extensão da malha viária, a base educacional e de saúde, a qualidade da oferta de mão de obra, os custos políticos da organização sindical, os custos de aglomeração/desaglomeração dos centros urbanos etc.

Do lado dos capitais industriais, para alguns setores, os aspectos atrativos da localização nos centros mais desenvolvidos se contrapõem uma elevação crescente dos custos de localização, que vão se agregando ao custos de produção na localidade, induzindo a mobilidade de certas atividades tanto para fora da Região Metropolitana, de grandes regiões do interior para regiões menos desenvolvidas, e para fora do Estado, em busca de espaços baratos *onde* produzir. Isto muda as decisões locais para novas e antigas atividades econômicas, provocadas pelo desenvolvimento tecnológico e pelas novas atitudes empresariais, alterando as relações entre a atividade industrial e seu espaço. Agora também dadas pelas maiores restrições (custos) e vantagens (benefícios) colocadas pela sociedade e pelo Estado.

Estas e outras transformações no plano regional e local, na maioria das vezes, foram impulsionadas no longo prazo pôr fenômenos que decorrem do processo de integração regional. Pôr um lado, nos anos 80, pelo deslocamento de plantas industriais antigas e abertura de novas plantas no entorno e em direção a áreas cada vez mais distantes da Grande São Paulo - dando continuidade ao processo de "interiorização" da indústria. Pôr outro lado, nos anos 90, pela adesão da região às transformações que ocorrem com a abertura comercial, e com os avanços dos processos de reestruturação produtiva das plantas, principalmente em

⁴ Esta questão demonstra mudanças significativas na função urbana da metrópole, agora dominada pelo trabalho transacional, executivo, legislativo, judicial e funções comerciais. O tratamento de negócios está se tornando uma função principal para a maioria das grandes áreas metropolitanas como São Paulo, como também o é, em menor escala, para algumas regiões do interior do estado, como Campinas (ver Verdi, 1996).

empresas que operam no nível comercial em ambientes de concorrência e competitividade nacional e mundial.

As mudanças ocorridas nesses anos parecem típicas a casos específicos, tanto em regiões quanto em setores industriais.⁵ Mesmo na região mais desenvolvida do país, são distintas as adesões setoriais e regionais às formas modernas da organização da produção e do trabalho. Há ainda grandes diferenciais de produtividade entre empresas, decorrentes tanto de atraso tecnológico quanto de falta de mão de obra qualificada.

Em geral, a significativa queda da demanda doméstica e a redução da proteção tarifária reforçaram as estratégias de modernização das empresas, obrigando-as a utilizarem métodos de racionalização dos custos da produção e do trabalho. Em algumas plantas, a ênfase da reestruturação pode recair na introdução de inovações organizacionais, em outras mudanças nas relações de trabalho, ou na requalificação da mão-de-obra.

Segundo indicam Pacheco *et all* (1995:245), apesar da estrutura industrial do início da década de 90 continuar sendo uma herança dos ciclos de crescimento anteriores a 1980 - com alterações mais significativas no segmento de bens de capital, onde se visualiza alguma regressão, e em ramos voltados ao processamento de recursos naturais, em que se observa aumento da capacidade produtiva -, a indústria paulista vai paulatinamente mudando de feições, mesmo que de forma pontual. Este processo se move tanto pôr um conjunto de mecanismos de adaptação, como pôr racionalização e modernização da produção, enxugamento do emprego e do escopo das atividades, investimentos tópicos nos setores voltados para o processamento de recursos naturais, mudanças organizacionais e pela tentativa de flexibilizar os contratos de trabalho.

Essas mudanças nos processos produtivos e de organização do trabalho relaciona-se ao rearranjo espacial da atividade econômica, na medida em que é também causa e efeito da continuidade da desindustrialização a partir de São Paulo, em particular da sua Região Metropolitana para o interior do Estado. Os capitais produtivos, novos e antigos, procuram novas vantagens locacionais, e com isto mudam as relações do lugar (município, estado) com as decisões locacionais de plantas de empresas ou de sedes dos grupos econômicos de controle. Desta forma, em época de competitividade espacial como a atual, os lugares assumem papéis decisivos. Há uma politização maior e crescente dos preços e das racionalidades nas decisões locacionais a partir dos anos 90, que aliada à reestruturação produtiva urbano-industrial, impõe novas mudanças na lógica que presidiu a antiga “interiorização” da indústria paulista.⁶

Pôr outro lado, no plano da (des)regulação estatal, a crise do Estado brasileiro e o fim do Estado desenvolvimentista agravaram a falta de decisão e vontade política dos governos pela questão regional, passando a predominar as disputas econômicas e políticas pela localização dos poucos investimentos de monta existentes no país nessa primeira metade dos anos 90. Neste caso, a crise do Estado afeta a antiga “desconcentração induzida” pelas políticas regionais, passando a predominar agora as disputas interestaduais e inter-municipais

⁵ A literatura é variada sobre esta questão. Entre vários trabalhos, pode ser referencial os estudos recentes como os de Suzigan (1992); Castro (1995); e Coutinho (1995).

⁶ Nesse processo que se inicia em 1980 e se estende até 1991, a perda de dinamismo da indústria paulista se configurava em mudanças no padrão de distribuição espacial da atividade econômica, que ocorria nos anos 70 sem regressão das antigas áreas industrializadas. A “desconcentração” nesta fase se dava pela baixo crescimento da produção industrial na Grande São Paulo, enquanto crescia a produção nas demais regiões a um ritmo mais elevado.

através do mecanismo unilateral dos subsídios, uma verdadeira “guerra fiscal”, forma deletéria de exaurir as finanças públicas e a regulação regional.⁷

2. Desconcentração espacial e espraiamento ... para além dos 200 km

Como já enfatizado, o período em análise demonstra a evolução da participação relativa da produção industrial comandada pelo interior do estado, principalmente pelas Regiões Administrativas de Campinas (5 pontos percentuais), São José dos Campos (3pp) e Sorocaba (1pp). No entanto, ganhos de participação na média setorial de toda produção industrial nas regiões mais distantes, embora tenham baixa participação regional, revelam um espraiamento seletivo da indústria para algumas RAs fora do entorno metropolitano, distante dos 200 km, conforme tabela 2.1.

TABELA 2.1

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS NO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA
SÃO PAULO: 1980-1994 (%)

REGIÕES DE GOVERNO	1980	1985	1990	1991	1992	1994
REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO	64,01	57,32	57,95	56,52	51,56	53,51
REGIÕES DO INTERIOR	35,96	42,66	42,03	43,31	47,31	46,50
R. A. SANTOS (65 km)	4,33	4,08	2,63	3,71	5,03	3,36
R. A. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (95 km)	5,42	6,67	6,36	7,14	8,17	8,76
R. A. CAMPINAS (95 km)	15,08	17,45	19,22	18,35	20,88	20,06
R. A. SOROCABA (100 km)	3,97	4,95	4,98	4,70	4,88	4,78
R. A. REGISTRO (231 km)	0,17	0,22	0,13	0,02	0,19	0,12
R. A. ARARAQUARA (272 km)	1,78	2,29	1,78	2,45	1,99	2,05
R. A. RIBEIRÃO PRETO (318 km)	1,12	1,63	1,20	1,30	1,20	1,60
R. A. BAURU (343 km)	1,13	1,38	1,21	1,35	1,18	1,50
R.A. FRANCA (400 km)	0,74	0,93	1,18	0,87	0,75	1,00
R. A. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (440 km)	0,56	0,67	0,95	0,84	0,75	0,90
R. A. BARRETOS (424 km)	0,42	0,68	0,51	0,76	0,51	0,50
R. A. MARÍLIA (452 km)	0,55	0,80	0,87	0,74	0,68	0,83
R. A. ARAÇATUBA (531 km)	0,32	0,50	0,66	0,65	0,73	0,65
R. A. PRESIDENTE PRUDENTE (565 km)	0,37	0,41	0,35	0,43	0,37	0,39

FONTE: Secretaria da Fazenda e Fundação SEADE.

Apesar da forte concentração espacial nas cinco Regiões Administrativas do interior com maior concentração do valor adicionado da produção - as RAs de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba -, a produção industrial cresce nas regiões menores e distantes a mais de 200 km como Araraquara, Ribeirão Preto, Bauru, e a mais de 400 km da capital do estado, como foi nas RAs de Franca, São José do Rio Preto, Barretos, Marília e Araçatuba. Nos anos 90, no topo das regiões *ganhadoras* destacam-se as posições das RAs de

⁷Em meados de 1996 no estado de São Paulo foi aprovada pela Assembléia Legislativa um conjunto de medidas governamentais que, apesar de impor medidas que atuam na regulação do espaço industrial paulista, acaba reduzindo a questão regional e da política industrial às atividades de incentivos e fomento para atração de indústrias para o estado, e em garantir os atrativos locais da produção industrial local.

São José dos Campos e Ribeirão Preto, e entre as *perdedoras* as RAs de Santos e Registro, e também Barretos logo no início da década.

Se observada a dinâmica das regiões pela ótica das taxas médias de crescimento absoluto do valor adicionado da produção industrial, destacam-se na primeira metade dos anos 80 as RAs mais distantes da capital, como as de Ribeirão Preto, Barretos, Marília e Araçatuba.⁸ Todos os municípios sedes destas regiões encontram-se a mais de 300 km da capital. Entre 1985-90, apenas as RAs de São José do Rio Preto e Araçatuba apresentam crescimento do valor adicionado da produção industrial, época em que todas as demais RAs apresentam queda da produção.

No entanto, na virada de 1991 para 1992, anunciada pelo retorno do crescimento da produção industrial no Estado, esta cresce nas RAs de Santos, São José dos Campos e Campinas, eixo do entorno metropolitano que volta a impulsionar o avanço da industrialização do Estado. Este processo continua se repetindo no período 92-94, agora se estendendo a quase todas as demais RAs do interior, exceto apenas para as RAs de Santos e Registro. Esse processo de evolução real dos valores da produção com detalhes nas diferentes fases cíclicas no período do ciclo longo 1980-1994, podem ser visto na Tabela 2.2

TABELA 2.2

TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, PÔR REGIÕES ADMINISTRATIVAS
SÃO PAULO: 1980-1994 (%)

REGIÕES DE GOVERNO	1980-85	1985-91	1991-92	1992-94	1991-94	1980-94
REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO	-31,05	-18,78	2,01	23,71	26,19	-29,33
REGIÕES DO INTERIOR	-8,69	-16,40	22,12	17,17	43,09	9,23
R. A. SANTOS (65 km)	-27,39	-25,14	51,81	-20,35	20,92	-34,28
R. A. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (95 km)	-5,29	-12,02	27,85	28,01	63,66	36,37
R. A. CAMPINAS (95 km)	-10,94	-13,39	27,28	14,46	45,69	12,38
R. A. SOROCABA (100 km)	-4,41	-21,57	15,97	16,55	35,16	1,33
R. A. REGISTRO (231 km)	3,83	-92,20	912,58	-25,94	649,88	-39,24
R. A. ARARAQUARA (272 km)	-1,33	-11,66	-9,72	23,71	11,68	-2,65
R. A. RIBEIRÃO PRETO (318 km)	11,55	-34,27	3,43	58,68	64,13	20,33
R. A. BAURU (343 km)	-5,69	-20,19	-1,69	52,08	49,51	12,53
R. A. FRANCA (400 km)	-3,61	-23,21	-3,67	57,72	51,93	12,45
R. A. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (440 km)	-6,67	3,97	-1,20	42,45	40,74	36,56
R. A. BARRETOS (424 km)	25,60	-8,64	-24,01	15,23	-12,44	0,47
R. A. MARÍLIA (452 km)	14,73	-23,25	0,71	46,63	47,67	30,04
R. A. ARAÇATUBA (531 km)	15,87	7,94	26,72	6,55	35,02	68,88
R. A. PRESIDENTE PRUDENTE (565 km)	-13,61	-14,92	-3,81	28,07	23,19	-9,46
TOTAL	-23,00	-17,76	10,73	20,58	33,52	-15,45

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - Fundação SEADE

Apesar da expansão das atividades industriais para fora do “entorno metropolitano”, para além dos 150 km, a principal “interiorização” do crescimento provocada pela

⁸ Apesar dos problemas de tomar como indicador as taxas de crescimento real do valor adicionado, optou-se por apresentá-las por ser a única referência para análise regional do crescimento econômico no Estado. Nesse sentido, o resultados devem ser relativizados e contrabalançados com o conjunto da análise.

“desconcentração” espacial da indústria, acabou também se dando dentro de micro-regiões (regiões de governo) da grande área do “entorno metropolitano”, como principal estratégia de localização dos grupos econômicos para suas plantas industriais. Isto pode ser visto na tabela 2.3.

TABELA 2.3

PARTICIPAÇÃO DAS 12 MAIORES REGIÕES DE GOVERNO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SÃO PAULO: 1980-1994 (%)

REGIÕES DE GOVERNO	1980	1985	1990	1991	1992	1994
REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO (A)	64,01	57,32	57,95	56,52	51,56	53,51
REGIÕES DE GOV. DO INTERIOR (B)	29,34	34,23	33,65	34,70	39,10	37,68
R. G. CAMPINAS (95 km)	8,77	10,81	11,76	11,05	13,73	12,03
R. G. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (95 km)	3,86	4,73	4,82	5,36	6,63	7,11
R. G. SANTOS (65 km)	4,33	4,08	2,63	3,71	5,03	3,36
R. G. SOROCABA (100 km)	3,07	3,93	3,91	3,63	3,65	3,54
R. G. JUNDIAI (60 km)	2,48	2,60	3,09	3,04	3,03	3,24
R. G. LIMEIRA (150 km)	1,47	1,54	1,64	1,61	1,44	1,64
R. G. PIRACICABA (162 km)	1,29	1,19	1,11	1,04	1,07	1,41
R. G. RIBEIRÃO PRETO (318 km)	1,12	1,63	1,20	1,30	1,20	1,60
R. G. ARARAQUARA (272 km)	1,11	1,48	0,93	1,56	1,19	1,12
R. G. SÃO CARLOS (231 km)	0,67	0,81	0,85	0,89	0,80	0,93
R. G. BAURU (343 km)	0,62	0,79	0,74	0,81	0,77	0,93
R. G. FRANCA (400 km)	0,55	0,64	0,97	0,70	0,56	0,77
SUB-TOTAL (A + B)	93,35	91,55	91,60	91,22	90,66	91,19

FONTE: Secretaria da Fazenda e Fundação SEADE

Ao analisar este processo de 14 anos de evolução da economia paulista, é plausível supor que parece apresentar-se uma continuidade da tendência de queda da participação da produção industrial gerada na Grande São Paulo, concentrando-se em regiões ainda próximas da metrópole, porém caminhando lentamente em direção as áreas mais distantes desta. Com isto, a desconcentração industrial vai provocar alterações na organização econômica das localidades e nos processos de localização das empresas, terminando pôr provocar fortes impactos sobre as cidades do interior e o seu meio ambiente, que sob a égide da reestruturação urbano-regional, e produtiva, vem mudando os hábitos e os costumes da populações, o perfil do emprego e do mercado de trabalho nessas cidades. Como veremos a seguir, este processo é específico a cada ramo industrial e a cada região de governo do estado, guardando relações do setor com as condições físicas, ambientais, econômico e social das localidades e dos custos e benefícios que o processo acarreta.

3. Principais mudanças na espacialidade dos gêneros industriais e as atualidades da dinâmica produtiva urbano-regional

Conforme agora iremos observar, em certos setores da indústria há movimentos de gêneros industriais que não acompanham as tendências gerais de queda da produção, nem as

de ascensão lenta. São exemplos os ramos industriais que, após 1991, mais exatamente entre 1992-94, apresentam altas taxas de crescimento no valor da produção, em plena fase de início de decolagem da reestruturação produtiva.

No grupo das indústrias de *bens de consumo não-duráveis*, pôr exemplo, a recuperação é iniciada em 1991 pelos ramos de produtos alimentícios e bebidas no interior, além dos produtos farmacêuticos na GSP. Todos esses ramos apresentavam no interior um valor da produção em 1994 maior que os resultados obtidos em 1980, além dos produtos de bebidas e farmacêuticos, que também apresentam aumento na Grande São Paulo. Entre os grandes ramos no conjunto dos não-duráveis, o grande perdedor é o ramo de produtos têxteis, tanto no interior quanto na Grande São Paulo. Vestuário e Calçados é o segundo bloco de perdedores na Grande São Paulo, mas no interior do Estado ultrapassam a produção em 1994, com valores acima do obtido em 1980. Entre 1992-94, o ramo industrial de Vestuário e Calçados vinha se recuperando no Estado, apresentando altas taxas de crescimento do valor da produção.

No setor de *bens intermediários*, os valores da produção representavam em 1994, em média, -38,4% da produção obtida em 1980 na Grande São Paulo, contra um crescimento acumulado no interior de apenas 14,8%. As mudanças no setor começam a ocorrer com a grande recuperação iniciada em 1991-94, que é dada quase que exclusivamente pelo crescimento de metade da produção no interior do Estado (51,5%), posto que na Grande São Paulo a taxa de crescimento neste período apresenta-se próxima de apenas 10%.

Neste grupo dos bens intermediários destaca-se o crescimento diferenciado entre ramos e regiões: (i) no alto crescimento da produção industrial nos ramos que são típicos de concentração espacial na Grande São Paulo, como são material plástico e de produtos de borracha; (ii) no crescimento de ramos em fase de expansão que ultrapassam no interior a barreira de 50% da produção no início dos anos 90, como são os casos de papel e papelão e produtos químicos, e de produtos minerais não-metálicos, que terminam aumentando ainda mais a concentração espacial da produção destes ramos nas regiões do interior.⁹

Quanto ao ramo metalúrgico, mesmo a produção aumentada com a retomada do crescimento entre 1991-94, na GSP (14,8%) e no interior (20,3%), ainda assim o setor em 1994 encontrava-se com valores da produção quase na metade dos obtidos em 1980 (-45,9%). Em meio a crise e reestruturação produtiva, o setor já não tem mais o peso que outrora ocupou na economia brasileira, apesar do crescimento nos anos 90.

No caso dos *bens de consumo duráveis e de capital*, o setor apresentava em na média geral em 1994 uma redução de -30,13% dos valores obtidos em 1980, na Grande São Paulo, enquanto no interior esboçavam-se os mesmos valores em 1994 daqueles obtidos em 1980. As taxas negativas do valor da produção indicam como grande perdedor do setor os produtos mecânicos (média estadual de -44,0%), com redução real, na GSP e no interior.

Nos ramos de material eletrônico e de comunicações, apesar do desempenho positivo do interior de quase um quinto de taxa de crescimento da produção no ciclo longo (18,5%), este se encontra longe de compensar a queda de mais da metade dos valores da produção

⁹ Para o território nacional, o Ibrge registra que a produção industrial brasileira de bens intermediários deixou de se concentrar no estado de São Paulo. Nesse sentido, os dados do desempenho crescente do valor adicionado no interior aqui apresentado poderia estar ocorrendo devido ao uso de certas técnicas menos intensiva em recursos naturais e menos poluidoras, que estariam atuando no interior do São Paulo. Só um estudo setorial e de campo mais específica poderia responder a esta indagação.

obtidos na GSP em 1980 (-53,5%). Neste caso, parece tratar-se de outro caso específico de crise setorial. Pode também está ocorrendo um processo de deslocamento de plantas e de novas decisões para fora do Estado de São Paulo, e/ou de quebra e fechamento de estabelecimentos na GSP.

Entre as indústrias de *bens de consumo duráveis*, já a indústria de material de transporte apresenta-se como única que aumenta o valor da produção em todo período entre 1980-94. Como o desempenho na GSP se sobrepõe ao interior a partir da recuperação em 1991, sobretudo pelo crescimento da produção automobilística nos municípios de São Bernardo e São Paulo, neste caso as taxas de crescimento na GSP ultrapassam as do interior do Estado. Trata-se de um caso típico de alteração na distribuição espacial da produção, que é fruto exclusivamente da expansão das vendas do setor e das mudanças na reestruturação produtiva pós-92, que vem expandindo a capacidade produtiva das plantas automotivas e redefinindo a relação destas com as fábricas de autopeças já instaladas.

A análise aqui desenvolvida conduz a interpretação de que o período entre 1991-1994, que surge após a crise econômica e em meio a reestruturação produtiva e urbana, persistiu no processo de “desindustrialização” da produção na Grande São Paulo, exceto nos ramos de bebidas, produtos farmacêuticos e material de transportes. Nestes ramos houve uma reversão da desconcentração do valor adicionado, devido a condições mais favoráveis de produção de algumas grandes plantas industriais desses setores.

A Tabela 3.1, a seguir, apresenta uma síntese do aumento da participação do valor da produção de todos os ramos industriais no interior do Estado. Como já observado, a participação do interior avança nos ramos de maior concentração na GSP - como na metalúrgica, material plástico, borracha, material de transporte, elétrico e de comunicações, e produtos mecânicos -, e nos ramos em expansão que dão continuidade a concentração espacial no interior - principalmente nos ramos de bebidas, alimentos, minerais não-metálicos e cimento, papel e papelão, e química .

TABELA - 3.1

PARTICIPAÇÃO DO INTERIOR NO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA,
SEGUNDO CATEGORIAS DE USO E RAMOS
INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1980-1994 (%)

RAMOS / ANOS	1980	1985	1990	1991	1992	1994
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	44,92	52,68	50,50	53,24	53,50	50,79
PRODUTOS TÊXTEIS	39,86	43,80	48,13	48,76	50,22	49,82
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	33,30	44,36	45,28	45,38	51,44	46,75
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	64,80	70,82	65,45	68,03	67,70	68,32
PRODUTOS DO REINO VEGETAL-IN NATURA	78,05	83,98	83,48	82,28	72,27	78,05
PRODUTOS DO REINO VEGETAL-IN NATURA- FRIGORÍFICOS	65,20	85,80	85,79	85,00	84,69	86,02
BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRE	64,30	75,44	70,62	72,90	71,24	78,87
MOBILIÁRIOS	33,08	35,68	39,48	38,73	41,23	41,95
EDITORIAL E GRÁFICA	6,76	11,32	10,40	11,30	12,90	12,23
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	28,26	32,52	30,26	30,85	26,71	19,39
BENS INTERMEDIÁRIOS	36,96	43,40	41,90	44,23	50,55	52,22
INDUSTRIA EXTRATIVA	78,66	83,72	69,07	62,88	65,86	64,44
PRODUTOS MINERAIS NAO-METALICOS E CIMENTO	46,01	50,80	52,38	51,27	55,80	58,67
METALÚRGICA	30,85	43,20	36,14	37,71	41,33	38,82
ARTIGOS E ARTEFATOS DE MADEIRA	59,10	65,42	63,48	70,87	72,78	72,89
PRODUTOS DE PAPEL E PAPELÃO	43,06	48,42	45,86	47,97	53,79	62,25
COUROS, PELES E PRODUTOS SIMILARES	59,22	66,59	59,46	63,29	62,35	58,60
PRODUTOS QUÍMICOS	42,73	45,33	46,72	51,54	59,92	61,26
MATERIAL PLÁSTICO	12,11	16,15	21,88	19,74	22,96	28,93
PRODUTOS DE BORRACHA	30,65	33,91	34,49	27,38	26,21	36,48
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS E DE CAPITAL	27,97	33,37	34,98	33,23	39,71	35,94
MATERIAL DE TRANSPORTE	30,64	34,64	34,28	36,63	36,39	34,86
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	16,69	21,21	23,67	24,14	29,13	33,81
OUTRAS INDUSTRIAS	10,29	7,51	25,52	23,66	21,97	41,02
DIVERSOS (I E III)	6,48	11,13	12,90	16,69	18,49	21,16
DIVERSOS (II)	48,30	59,68	68,32	53,76	80,47	56,10
PRODUTOS MECÂNICOS	34,51	39,67	36,15	33,99	34,06	38,40
TOTAL	35,99	42,77	42,06	43,34	47,81	46,55

FONTE: Secretaria da Fazenda e Fundação SEADE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZONI, C.R. (1986). *A reversão da polarização*. Ipe-usp, São Paulo.
- CANO, Wilson; Pacheco, Carlos Américo; Zimmermann, Gustavo; e Semeghini, Ulysses Cidade. (1992). "O Processo de Urbanização Paulista no Período 1970-89". In *Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI*. Cenários da Urbanização Paulista. Documento Básico. Vol. 5, Fundação SEADE, São Paulo.
- CANO, Wilson. (1995). "Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil." In *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia*. Anpec, Salvador, vol.2, 1995
- CASTRO, Nádia. (1995). *A Máquina e o Equilibrista*. (org.). Ed. Brasiliense, São Paulo.
- COUTINHO, Luciano (1995). *A Competitividade da Indústria Brasileira*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- DINIZ, C.C. (1994). *Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*. Nova Economia, UFMG-DCS, vol.3, n.1, Belo Horizonte.
- GUIMARÃES, L. (Coord). *Evolução e Perspectivas das Desigualdades no Desenvolvimento Brasileiro*. Fundap-Iesp, 2.v, São Paulo, 1994.
- LENCIONE, Sandra. (1994) *Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo*. Tese de doutorado, Geografia/Usp.
- NEGRI, Barjas. (1992). "A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1970-1989)". In *Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI*. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista, vol. 3, Fundação SEADE, São Paulo.
- PACHECO, C.; CANO, W.; TÁPIA, J.; CAIADO, A. (1995). "A Nova Realidade Regional da Indústria Paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional". In *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (16):242-276.
- SANTOS, Milton. (1994). *Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- SUZIGAN, Wilson. (1992). *A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para a política industrial*. In *Revista de Economia e Sociedade*, nº 1, p.89-101, ago.
- VERDI, Adriana Renata (1996). "A localização dos escritórios centrais das empresas de Campinas: uma contribuição à questão da metropolização". Trabalho apresentado no *10º Encontro Nacional de Geógrafos*, Recife-Pe, julho, mimeo.